



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA
ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ LDA



Handwritten signature
Handwritten signature

RELATÓRIO E CONTAS

Exmo. Sócio Único

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias apresentamos à vossa apreciação o Relatório de Gestão e as contas do exercício findo em 30 de junho de 2022, correspondente à época desportiva 2021/2022.

1 –INTRODUÇÃO

A Associação Académica de Coimbra OAF Sduq, Lda., doravante designada de SDUQ, é uma sociedade unipessoal por quotas que tem origem numa imposição legal, através do Decreto-Lei nº 10/2013, o qual, estabelece a obrigatoriedade da constituição de uma sociedade exclusivamente para a prática desportiva em que intervém o Futebol Profissional e o seu capital é detido em 100% pelo clube que lhe deu origem, a Associação Académica de Coimbra OAF.

Não obstante os esforços desenvolvidos, as dificuldades geradas pela descida à III Liga e, consequente quebra de proveitos, levou a que tais dificuldades se agravassem, ficando numa situação muito complicada em termos financeiros, originando o pedido de insolvência concretizado pela gerência em 27-09-2022, com vista à implementação de um plano de recuperação, que, acreditamos, nos permitirá levantar a SDUQ ao patamar que merece, com a estabilidade financeira necessária que pretendemos alcançar.

Nesse sentido, analisando a época desportiva 2021.2022 e, perante a difícil conjuntura provocada pela prestação da equipa principal que levou à descida de divisão, cumpre-nos apresentar aos sócios a imagem da época 2021/2022.



2 – EVOLUÇÃO DAS CONTAS NO PERÍODO EM ANÁLISE - 1.JULHO.2021 a 30.JUNHO.2022

Mantendo os princípios instituídos, no sentido de obter o maior rigor e exactidão na apresentação das Contas do exercício em análise, foram os mesmos respeitados no presente Relatório.

Este Relatório demonstra, de forma fiel, a informação que existia na contabilidade e as largas dezenas de documentos recuperados, ao longo dos últimos 6 meses, que não existiam na contabilidade da Associação Académica de Coimbra/OAF

O **Activo Líquido**, regista o montante de 1.571.599,56€, o qual, quando comparado com o da época anterior, regista um decréscimo de cerca de 9% e resulta essencialmente da diminuição verificada nas rubricas de Clientes.

Quanto ao **Passivo Geral**, temos que o montante de 12.145.610,13€ resulta dos valores líquidos de dívidas a Fornecedores, Financiamentos Obtidos, ao Estado e Outros Entes Públicos, e ainda a Outras Dividas a Pagar.

Refira-se que o saldo da rubrica **Estado e Outros Entes Públicos** não se encontrava regularizado aquando da elaboração do presente relatório, quer junto da Administração Fiscal quer junto da Segurança Social, e cujo modo de pagamento será definido no plano de reestruturação a apresentar.

A rubrica **“Outras Dividas a Pagar”** engloba o registo dos acréscimos contabilísticos efetuados no procedimento de encerramento de contas, bem como o valor dos **Accionista/Sócios** que engloba entre outros o montante que resultou da transição de activos e passivos do Clube e ainda de um financiamento da AAC/OAF no montante de 600.000,00€.

3 – RENDIMENTOS E GASTOS

Na Estrutura de Gastos iremos analisar as rubricas com maior impacto nas contas apresentadas, como segue:

A rubrica **Gastos com o Pessoal** regista o montante de 2.372.965,91€ e incorpora todos os gastos efectivos com Atletas, Treinadores, Pessoal Restante, bem como o pagamento de indemnizações contratuais.

Os diversos **Fornecimentos e Serviços Externos** representam cerca de 24% dos rendimentos obtidos.

Os **Outros Gastos** representam cerca de 5,3% dos rendimentos obtidos;



Quanto aos **Gastos de Financiamentos** representam cerca de 4,1% dos rendimentos obtidos essencialmente decorrentes de juros de operações de desconto de títulos.

A rubrica **Outros Rendimentos** regista o montante de 1.479.929,61€, e tem origem essencialmente na transmissão dos direitos televisivos, desportivos e de publicidade.

De referir ainda o registo de imparidades no montante de 405.636,66€ como gasto, situação não recorrente com impacto nos resultados apurados.

4 – RESULTADOS

Do acima exposto, resultou um **Resultado Líquido do Período**, após impostos, negativo de 1.607.680,17€.

5 - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Desde já manifestamos plena disponibilidade para apresentar e debater com o nosso sócio todas as rubricas do presente Relatório e Contas do exercício findo a 30 de Junho de 2022, baseado no rigor e total transparência de procedimentos, cujo resultado final se traduziu num resultado negativo de **1.607.680,17€** propondo que seja mantido na conta de **Resultados Transitados**, a aguardar cobertura por lucros futuros.

6 – SITUAÇÃO FACE AO ARTº. 35 DO CÓDIGO DAS SOCIEDADE COMERCIAIS

Resultando das contas que metade do capital social se encontra perdido, implicando um capital próprio negativo em 10.574.010,57€, e verificando-se um incumprimento generalizado dos pagamentos ao estado, trabalhadores e fornecedores desde janeiro de 2022, conforme indicado no Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (CIRE), a gerência deliberou a apresentação à insolvência, tendo já decorrido a primeira assembleia de credores onde estes deliberaram pela continuidade de operações. À presente data encontra-se em preparação o plano de recuperação que será apresentado a deliberação em próxima assembleia de credores a realizar previsivelmente durante o mês de janeiro de 2023.

7 – EVOLUÇÃO PREVISIVEL

A época desportiva 2021/2022, que terminou, ficou marcada pela descida à Liga 3, facto inédito na história da Académica.

Desportivamente, os resultados foram muito negativos não tendo a equipa correspondido à expectativa criada.

Financeiramente, o resultado apresentado é, uma vez mais, negativo acentuando-se o prejuízo acumulado da sociedade. O mau desempenho desportivo da equipa dificultou a angariação de receitas e levou a que em janeiro se contratassem diversos atletas com custos elevados e, infelizmente, sem retorno desportivo ou financeiro.

A situação financeira a 30 de junho era insustentável pelo que se deliberou a apresentação da Sociedade à insolvência com plano de recuperação.

A redução de despesa tem sido uma prioridade tendo a nova gestão reduzido as mesmas em centenas de milhares de euros anuais ao longo dos últimos meses.

O plano de recuperação a apresentar será uma ferramenta fundamental para a credibilização da Académica, angariação de receitas e redução de despesa.

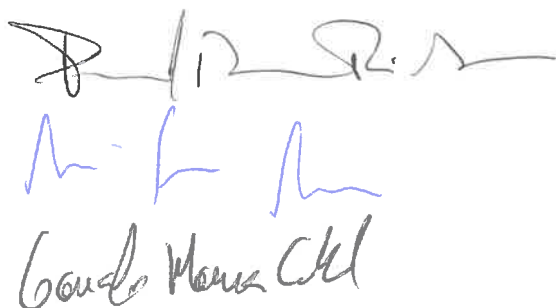
8 – NOTA FINAL

Agradecer a todos os membros dos órgãos sociais, sem exceção, a sua dedicação em prol do clube.

Finalizamos agradecendo a todos os sócios, adeptos, trabalhadores, parceiros, e patrocinadores a disponibilidade em ajudar e colaborar com a Académica. Todos juntos seremos capazes de garantir que a Académica tem futuro!

Coimbra, 03 de Janeiro de 2023

A Gerência,



Goede Maan Ckl



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - OAF SDUQ, LDA



BALANÇO INDIVIDUAL EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Época 2021/2022	
		30/06/2022	30/06/2021
ACTIVO			
<i>Activo não corrente</i>			
Activos fixos tangíveis	8	0,00	185,47
Outros investimentos financeiros	11	9 029,37	9 733,45
		9 029,37	9 918,92
<i>Activo corrente</i>			
Clientes	12	220 706,69	595 316,99
Estado e outros entes publicos	17	1 777,00	1 777,00
Outros creditos a receber	13	1 328 975,08	1 106 991,30
Diferimentos		1 715,29	1 589,92
Caixa e depósitos bancários	5	9 396,13	10 845,99
		1 562 570,19	1 716 521,20
Total do Activo		1 571 599,56	1 726 440,12
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
<i>Capital Próprio</i>			
Capital Subscrito	14	500 000,00	500 000,00
Resultados Transitados	18	-9 491 330,40	-8 409 999,48
Ajustamentos/Outras Variações no Capital Proprio		25 000,00	25 000,00
Resultado liquido do período		-1 607 680,17	-1 071 345,66
Total do Capital Próprio		-10 574 010,57	-8 956 345,14
<i>Passivo</i>			
<i>Passivo não corrente</i>			
Provisões	9	335 768,47	312 770,53
Estado e outros entes públicos	17	0,00	669 741,92
Financiamentos Obtidos	15	0,00	300 000,00
Total do Passivo não Corrente		335 768,47	1 282 512,45
<i>Passivo Corrente</i>			
Fornecedores		842 367,40	735 744,30
Adiantamento de Clientes		28 375,00	6 500,00
Estado e outros entes públicos	17	1 820 400,08	662 881,84
Financiamentos Obtidos	15	1 088 313,57	776 938,67
Outras Dividas a Pagar	16	8 012 823,96	6 872 724,26
Diferimentos		17 561,65	345 483,74
Total do Passivo Corrente		11 809 841,66	9 400 272,81
Total do Passivo		12 145 610,13	10 682 785,26
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 571 599,56	1 726 440,12

Coimbra, 30 de Junho de 2022

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A GERÊNCIA

Carlos Manuel Cde



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA - OAF SDUQ, LDA



21

Handwritten signature

Handwritten mark

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2022

(Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Época 2021/2022	
		2021/2022	2020/2021
Vendas e serviços prestados	21	55.968,59	0,00
Subsidios à exploração		236.420,00	200.605,25
Fornecimentos e serviços externos	22	-434.979,07	-337.926,66
Gastos com pessoal	20	-2.372.965,91	-2.072.020,94
Imparidades (Perdas/Reversões)		-405.636,66	0,00
Provisões (Aumentos/Reversões)	9	0,00	-312.770,53
Outros rendimentos	23	1.479.929,61	1.571.998,16
Outros gastos		-94.118,35	-48.526,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.535.381,79	-998.640,80
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	8 e 9	-185,47	-247,30
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-1.535.567,26	-998.888,10
Juros e gastos similares suportados	19	-72.112,91	-72.457,56
Resultado antes de impostos		-1.607.680,17	-1.071.345,66
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-1.607.680,17	-1.071.345,66

Coimbra, 30 de Junho de 2022

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional n° 49438 (OCC)

Handwritten signature of the accountant

A GERÊNCIA

Handwritten signatures of the management



ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA OAF, SDUQ, LDª.



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

Período findo em 30-06-2022

(Euro)

RUBRICAS	Notas	2021-2022	2020-2021
ACTIVIDADES DE OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		1.448.920,76	1.543.593,88
Pagamentos a Fornecedores		-404.939,10	-297.475,95
Pagamentos ao Pessoal		-1.524.949,92	-1.745.189,57
Caixa gerada pelas operações		-480.968,26	-499.071,64
Outros Recebimentos/Pagamentos		-66.107,43	-29.088,65
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-547.075,69	-528.160,29
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
<u>RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:</u>			
Financiamentos obtidos		10.410,00	16.094,00
Outras operações de financiamento		576.124,74	562.099,66
<u>PAGAMENTOS RESPEITANTES A:</u>			
Financiamentos obtidos		-9.500,00	-15.000,00
Juros e gastos similares		-31.408,91	-35.742,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		545.625,83	527.451,37
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-1.449,86	-708,92
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		10.845,99	11.554,91
Caixa e seus equivalentes no fim do período		9.396,13	10.845,99

Coimbra, 30 de Junho de 2022

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº 49438(OCC)

A GERÊNCIA

Gonçalo Moura Chap



ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE COIMBRA OAF SDUQ, LD.

Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N em 30 de Junho de 2022

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital										Total
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros inst. de capital próprio	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes revalorização	Ajustamentos Q. V. capital próprio	Resultado líquido período	
6		500.000,00						(8.409.999,48)		25.000,00	-1.071.345,66	-8.986.345,14
								-1.081.330,92		0,00	1.071.345,66	-9.985,26
7		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.081.330,92	0,00	0,00	1.071.345,66	-9.985,26
8											-1.607.680,17	-1.607.680,17
9-7+8											(536.334,51)	-1.617.665,43
10		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6+7+8+10		500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-9.491.330,40	0,00	25.000,00	-1.607.680,17	-10.574.010,57

Coimbra, 30 de Junho de 2022

A Gerência

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

Gonçalo Nam Cam





ASSOCIAÇÃO ACADÊMICA DE COIMBRA OAF SDUI, L.P.



Demonstração Individual das alterações no capital próprio no período N-1 em 30 de Junho de 2022

[Euro]

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital									
		Capital Subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Inst. de capital próprio	Prémios emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Excedentes revalorização	Ajustamentos/O. V. capital próprio	Resultado líquido período
1		500.000,00						(6.598.163,26)		25.000,00	-1.811.876,22
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								-1.811.836,22		0,00	1.811.876,22
2		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.811.836,22	0,00	0,00	1.811.876,22
3											-1.071.345,66
4-2+3											740.530,56
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.071.345,66
6=1+2+3+4+5		500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-8.409.999,48	0,00	25.000,00	-1.071.345,66
RESULTADO LÍQUIDO PERÍODO											-7.885.039,48
RESULTADO INTEGRAL											-1.071.345,66
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N											-8.956.345,14

Coimbra, 30 de Junho de 2022

O Contabilista Certificado

Cedula Profissional nº 49438 (OCC)

A Gerência



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2022

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Associação Académica de Coimbra – Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, LDA., teve a sua constituição em 21 de Junho de 2013, tendo o início de atividade ocorrido em 01 de Julho de 2013, por imposição legal através do Decreto-Lei nº 10/2013 e tem como sócio único o clube fundador a Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, é uma pessoa coletiva de direito privado, dura por tempo indeterminado e tem a sua sede na Rua Infanta D. Maria, nº 23, em Coimbra.

A Entidade dedica-se ao exercício de Atividades dos Clubes Desportivos – Futebol Profissional, com o CAE nº 93120

2 - REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 – Referencial Contabilístico:

As demonstrações financeiras foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Dec. Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho.

2.2 – Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro.

3 - ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DAS NCRF

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2013 na data da sua constituição.



4 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

4.1 – MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO:

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, sendo esta a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

4.2 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que se encontram disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta e de acordo com o seu período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem às seguintes vidas úteis:

	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	3
Outros ativos fixos tangíveis	8

4.3 – ACTIVOS INTANGÍVEIS:

Os ativos intangíveis referem-se a direitos de propriedade sobre os passes de jogadores, acrescidos de prémios de assinatura de contrato e respetivos encargos patronais, bem como, dos montantes pagos a intermediários pela celebração dos respetivos contratos, e estão refletidos no balanço ao custo de aquisição.

Dada a especificidade de cada um dos ativos contabilizados, optou-se por efetuar amortizações anuais de acordo com a duração de cada contrato, pelo que as taxas aplicadas variam consoante o tempo em que vigorar cada um dos contratos.

4.4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu custo amortizado. Sempre que há lugar a imparidade destas contas, as mesmas são estabelecidas quando se verifica evidência objetiva da impossibilidade de recebimento da totalidade dos montantes em dívida, sendo a mesma reconhecida na demonstração de resultados.



4.5 – EMPRESTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos ao custo amortizado, sendo que os custos líquidos de transação são reconhecidos na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando a taxa efetiva. Estes empréstimos estão classificados como passivo corrente e não corrente, consoante a exigibilidade de liquidação for ou não superior a 12 meses.

4.6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas coletivas (IRC) à taxa de 21%. É ainda aplicada uma taxa de derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, bem como são tributados autonomamente os encargos previstos no art. 88^a. do Código do IRC, às taxas também aí regulamentadas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e cinco para a Segurança Social, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos podem ser alargados ou suspensos.

A Sociedade procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

4.7 - IMPARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a existência e dimensão da perda por imparidade. Quando não for possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor das unidades geradoras de caixa a que esse ativo pertence.

4.8 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o pressuposto do acréscimo, independentemente da data/momento do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor não seja conhecido são estimados.

4.9 - RÉDITO

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos e é reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

4.10 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4.11 - JUÍZOS DE VALOR, PRESSUPOSTOS CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As entradas e saídas de meios monetários, as suas origens e destinos, ocorridas durante o período de relato, estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa não havendo qualquer limitação ao seu uso nem interferência com entidades relacionadas que alterassem o seu controlo ou a sua disponibilidade.

O caixa e seus equivalentes, incluem caixa e depósitos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos.

O valor inscrito no Balanço é constituído por dinheiro e depósitos bancários e é imediatamente realizável e sem risco de flutuações de valor, conforme se demonstra:

	2020-2021	2021-2022
Caixa	1.900,00	2.142,47
Depósitos à ordem	8.941,03	7.248,70
Outros Depósitos Bancários	4,96	4,96
Total Balanço	10.845,99	9.396,13
Descobertos bancários	-51.373,50	-64.819,05

6 – ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Durante o exercício findo em 30 de junho de 2022, foram registados valores na conta resultados transitados por respeitarem a épocas anteriores, os quais decorrem de documentos não considerados na especialização efetuada em exercícios anteriores, conforme mapa a seguir discriminado:

DF 2020/2021	Valor aprovado	Ajustamentos	Valor Final
Balanço:			
Resultado Líquido do Exercício	-1.016.766,01	-54.579,65	-1.071.345,66
Financiamentos	732.859,02	44.079,65	776.938,67
Outras Dívidas a Pagar	6.862.224,26	10.500,00	6.872.724,26

Demonstração de Resultados:

FSE	-324.080,08	-13.846,58	-337.926,66
Gastos c/ Pessoal	-2.048.933,16	-23.087,78	-2.072.020,94
Outros Rendimentos Época 2019/2020	1.570.035,30	1.962,86	1.571.998,16
Outros Gastos	-29.133,10	-19392,98	-48.526,08
Gastos financiamentos	-72.242,39	-215,17	-72.457,56

7- Partes Relacionadas

Como referido a entidade é participada por outra pessoa coletiva, a AAC-OAF que detém 100,00 % do capital.

7.1 Remuneração do pessoal chave da gestão:

Ao longo da época que terminou em 30.06.2022 os membros da direção não receberam qualquer tipo de remuneração nem tiveram outros benefícios equiparados.

7.2 Transações entre partes relacionadas e saldos pendentes:

As transações entre a Entidade e Entidade relacionada ocorridas durante a época de 2021/2022, e os saldos registados em 30 de junho de 2022, são apresentados nos quadros que se seguem:

SALDOS PENDENTES	Empresa-Mãe
Conta de clientes	0.00
Conta de fornecedores	0.00
Conta de pessoal	0.00
Conta de financiamentos obtidos	0.00
Conta de acionistas/sócios	4.609,286 credor
Conta de outros devedores e credores	0
Conta de diferimentos	0

VALOR DAS TRANSAÇÕES	Empresa-Mãe
Vendas	0.00
Prestações de serviços	0.00
Rendimentos financeiros	0.00
Rendas e alugueres	60.000.00
Aquisições de serviços	0.00
Acordos de partilhas de custo	0.00
Gastos financeiros	0.00
Aquisições de investimentos	0.00
Outras operações	697.575.76

Do valor apresentado na rubrica Sócios, no montante total de 4.609.286,22€, 903.877,62€, tem origem nos movimentos de entrada de ativos do clube na SDUQ, efetuados de acordo com o disposto

na legislação aprovada para o efeito e, que esteve na base da constituição da SDUQ, deduzido do montante aplicado no aumento de capital efetuado na época 2014/2015. A diferença respeita ao fluxo monetário existente entre o Clube e a SDUQ e ainda de um contrato de suprimentos no montante de 600.000,00€.

Devemos referir ainda que com base num contrato estabelecido entre as partes, o qual, contempla a utilização por parte da SDUQ dos equipamentos desportivos, administrativos, médicos e viaturas do Clube, foi acordado o pagamento do montante de 60.000,00 para a época em causa, o qual já se encontra considerado nos gastos deste exercício e relevado em acréscimos de gastos.

8 – ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis podem ser analisados pelos mapas que se seguem:

Situação Inicial			
	Quantia bruta	Depreciações e imparidades	Quantia Escriturada
Ativo Bruto			
Terrenos	0	0	0
Edifícios	0	0	0
Equipamento básico	0	0	0
Equipamento de transporte	0	0	0
Equipamento administrativo	2.866	2.866	0
Outros ativos fixos tangíveis	1.978	1.793	185
Totais	4.844	4.659	185

	Saldo em 01-07-2020	Aquisições	Alienações	Depreciação do Exercício	Transferências	Abates	Saldo em 30-06-2022
Ativo Bruto							
Equipamento administrativo	0						0
Outros ativos fixos tangíveis	433			185			0
Totais	433	0	0	185	0	0	0

9 – PROVISÕES

	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Provisão para riscos e encargos	312.771	22.998	0	335.768
	312.771	22.998	0	335.768

As provisões constituídas têm por base um processo da AT no montante de 225.408,55€, um processo do Tribunal de Trabalho com o nº 61/21.9T8CBR, no montante de 87.361,98€ e ao valor do atleta Tripy Makonda no montante de 22.997.94€.

10 – CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos por aplicação do princípio da especialização dos exercícios. Durante o período não foi capitalizada qualquer importância em ativos relativa a custos de empréstimos obtidos

11 – OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

A empresa detém em 30-06-2022, uma participação na Caixa Agrícola contabilizada pelo método do custo no montante de 500,00 €.

Em 30-06-2022 e 30-06-2021 a empresa detinha unidades de participação no “Fundo de Compensação do Trabalho”, valorizadas ao justo valor por € 8.529,37€ e 9.233,45€, respetivamente. De referir ainda que no exercício não foi efetuada a entrega ao Fundo do montante de 6.679,15€, a que a entidade estava obrigada.

12 – CLIENTES

Em 30 de Junho de 2022 e 2021 a rubrica “Clientes” tinha a seguinte decomposição:

Clientes	2020-2021	2021-2022
Clientes c/c	595.317	220.707
Clientes c/ títulos a pagar	0	0
Clientes cobrança duvidosa	1.479.484	1.813.652
Imparidades de clientes	-1.479.484	-1.813.652
Totals	595.317	220.707

No período foram reconhecidos 318.802,85€ de imparidades na Demonstração de Resultados.

**13 – OUTROS CREDITOS A RECEBER**

Em 30 de Junho de 2022 e 2021 os montantes reconhecidos na rubrica “Outros Créditos a Receber” decompunham-se da seguinte forma:

Outras Contas a Receber	2020-2021	2021-2022
Acréscimo de Proveitos	234.230	233.857
Outros devedores	587.039	727.501
Saldos devedores fornecedores	69.518	74.434
Adiantamentos ao pessoal	417.666	518.488
Acionistas (Sócios)	0	0
Imparidades de outros devedores	-201.462	-225.306
	1.106.991	1.328.975

No período foram reconhecidos 86.833,81€ de imparidades na Demonstração de Resultados.

14 – CAPITAL

O capital social no montante de 500.000,00, encontra-se totalmente subscrito e realizado.

15 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Os empréstimos podem ser analisados pelo mapa que se segue, respeitam a financiamentos e saldos bancários, e estão integralmente valorizados em euros e vencem juros a taxas de mercado.

Corrente	2020-2021	2021-2022
Empréstimos bancários	0	300.000
Descobertos bancários	51.373	64.819
Outros Financiamentos	681.486	723.495
Totais	732.859	1.088.314
Não Corrente	2020-2021	2021-2022
Empréstimos bancários	300000	0
Totais	300000	0

16 – OUTRAS DIVIDAS A PAGAR

Em 30 de Junho de 2022 e 2021 o detalhe das importâncias reconhecidas em “Outras Dividas a Pagar” era o seguinte:

Corrente	2020-2021	2021-2022
Pessoal	118.930	141.307
Fornec. Investimentos	51.332	51.332
Acréscimos de gastos	2.156.403	2.570.536
Acionistas (Sócios)	3.911.710	4.609.286
Outros credores	623.849	640.363
Totais	6.862.224	8.012.824

17 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O movimento ocorrido nesta rubrica pode ser analisado pelo quadro que se segue:

Estado e Outros Entes Públicos	2020-2021	2021-2022
Ativo		
Retenções efetuadas por terceiros	0	0
IRC - Pagamento Especial por conta	-1777	-1.777
IVA a recuperar	0	0
Totais	-1777	-1.777
Passivo		
Corrente		
IRC a liquidar	0	0
IRS - Trabalho dependente/independente	409.572	1.124.397
IVA	45.838	73.120
Segurança Social	201.167	616.204
Fundo compensação	6.302	6.679
Não Corrente		
IRS - Trabalho dependente/independente	411.512	0
IVA	37.101	0
Segurança Social	221.129	0
Totais	1.332.624	1.820.400

18 – RESULTADOS TRANSITADOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 30 de Junho de 2021 e 2020 podem ser analisados como se segue:

Resultados Transitados	2020-2021	2021-2022
Saldo Inicial	-6.598.163	-8.409.999
Aplicação Resultados	-1.920.441	-1.016.766
Regularizações/Ajustamentos exercícios anteriores	108.605	-9.985
Totais	-8.409.999	-9.436.750

Regularizações/Ajustamentos exercícios anteriores com impacto no resultado:

FSE	-13.847
Gastos c/ Pessoal	-23.088
Outros Gastos	-19.393
Gastos Financiamentos	-215
Outros Rendimentos	1.963
Total	-54.580

19 – GASTOS DE FINANCIAMENTO LIQUIDOS

Os movimentos ocorridos nesta rubrica nos exercícios findos em 30 de Junho de 2022 e 2021 podem ser analisados como se segue:

Gastos Financeiros	2020-2021	2020-2021
Juros e gastos similares suportados	54.051	56.908
Juros de mora	18.407	15.210
	0	0
Totais	72.458	72.113

20 – GASTOS COM O PESSOAL

Em 30 de Junho de 2022 e 2021 a repartição dos gastos com o pessoal foi a seguinte:

Gastos com Pessoal	2020-2021	2021-2022
Salários	1.576.198	1.796.241
Contribuições	184.725	198.285
Gastos com cedências	20.000	0
Outros	291.098	378.440
Totais	2.072.021	2.372.966

O número médio de empregados ao serviço da empresa, no exercício, foi de:

Atletas e Equipa técnica	40
Restantes	14
Total	54

21 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Esta rubrica pode ser analisada pelo mapa que se segue:

	2020-2021	2021-2022
Bilhetes de Jogo	0	39.359
Prestações de Serviços	0	16.609
Totais	0	55.969

**22 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

Os movimentos da rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” tiveram a seguinte decomposição:

Rubricas	2020-2021	2021-2022
Trabalhos especializados	54.014	58.152
Publicidade e propaganda	2.439	45
Vigilância e segurança	26.298	46.624
Honorários	23.887	11.451
Comissões	0	24.582
Conservação e reparação	9.417	210
Outros	5.309	8.642
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	188	293
Material de escritório	599	677
Combustíveis	15.877	11.366
Deslocações e estadas	81.088	147.883
Rendas e alugueres	82.316	86.148
Comunicação	1.622	344
Seguros	5.412	5.144
Contencioso e notariado	3.814	1.082
Limpeza, higiene e conforto	6.741	442
Outros	18.905	31.892
Totais	337.926	434.979

23 – OUTROS RENDIMENTOS

Em 30 de Junho de 2022 e 2021 a composição dos outros rendimentos foi a seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2020-2021	2021-2022
Publicidade	157.276	245.723
Direitos Televisivos	600.000	600.000
Alienações e Direitos desportivos	300.000	70.000
Outros	514.722	564.206
Totais	1.571.998	1.479.929



24 – INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

24.1 – Existe a responsabilidade solidária perante os credores da AAC/OAF, conforme disposto no nº 4 do artº. 22º do DL 10/2013 e pelas dívidas fiscais e à segurança social referentes ao período anterior à reorganização e até ao limite dos ativos que tenham sido transferidos, de acordo com o artº. 7º da Lei 103/97.

24.2 – Os Honorários do Revisor Oficial de Contas são respeitantes exclusivamente à revisão das contas anuais e, importaram na época 2020/2021 em 13.600,00 e na época 2021/2022 em 13.600,00.

24.3 – Resultando das contas que metade do capital social se encontra perdido, implicando um capital próprio negativo em 10.574.010,57€, situação que se tem vindo a agravar sucessivamente, e encontrando-se esgotado o modelo de financiamento previsto nos estatutos, a gerência deliberou a apresentação do sócio único à insolvência, tendo já decorrido a primeira assembleia de credores onde estes deliberaram pela continuidade de operações. À presente data encontra-se em preparação o plano de recuperação que será apresentado a deliberação em próxima assembleia de credores a realizar previsivelmente durante o mês de Janeiro de 2023.

24.4 – Existe um ativo por doação, mais concretamente, um autocarro doado pela empresa BE CLAW, Lda., que não se encontra refletido nas contas apresentadas, face, à dificuldade de obter valores de mercado, já que, o mesmo não se encontra em condições de ser utilizado, em virtude das reparações de que necessita, encontrando-se a entidade a aguardar receção de orçamento dos trabalhos a executar, com vista à sua viabilização e, posterior integração no património da entidade.

24.5 – À data de 30 de Junho de 2022 encontravam-se em mora, pagamentos em curso à AT, no montante total de 1.158.790,53€ e, contribuições para a Segurança Social no montante de 616.203,85€

25– ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Conforme referido no ponto 24.3 a gerência apresentou um pedido de insolvência da sociedade em 27/09/2022, tendo em primeira assembleia de credores sido deliberada a continuidade das operações. À presente data encontra-se em preparação o plano de recuperação que será apresentado a deliberação em próxima assembleia de credores a realizar previsivelmente durante o mês de Janeiro de 2023.

26. Outras informações

26.1 - A gerência apresenta no seu relatório de gestão a seguinte proposta de aplicação de resultados negativos em 1.607.680,17€.

- Que sejam mantidos na conta de Resultados Transitados, a aguardar cobertura por lucros futuros.

27- Autorização de emissão das DF's:

As contas foram aprovadas pela gerência no dia 08 de Janeiro de 2023.

Coimbra, 08 de Janeiro de 2023

O Contabilista Certificado

Cédula Profissional nº. 49438 (OCC)

António Amaral

A GERÊNCIA



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da sociedade **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda**, (a Entidade), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2022 (que evidencia um total de 1.571.600 euros e um total de capital próprio negativo de 10.574.011 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.607.680 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos números 1 e 2 da secção “Bases para a opinião com reservas” e exceto quanto aos efeitos da matéria referida no número 3 da mesma secção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Associação Académica de Coimbra-Organismo Autónomo de Futebol, SDUQ, Lda**, em 30 de junho de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Por não terem sido obtidos os respetivos documentos de suporte, não se encontram refletidos na contabilidade movimentos bancários de saída no montante de 33 milhares de euros e de entrada no montante de 5 milhares de euros, e encontram-se em contas a regularizar valores a débito de 73 milhares de euros e a crédito de 57 milhares de euros. Pelo mesmo motivo, desconhecem-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
2. Na rubrica outras dívidas a pagar encontram-se por conciliar movimentos financeiros ocorridos entre a Entidade e o sócio único no montante de 51 milhares de euros, os quais respeitarão a pagamentos efetuados por este a credores da Entidade. Por não ter sido possível identificar com segurança a decomposição deste montante, não nos foi possível identificar as respetivas rubricas de contrapartida.
3. A sociedade apresenta no ativo valores na rubrica de clientes no montante de 119 milhares de euros e de outras contas a receber no montante de 315 milhares de euros que, pela sua antiguidade, revelam indícios de imparidade a qual não foi reconhecida.



Em consequência, o ativo e o capital próprio encontram-se sobrevalorizados em 434 milhares de euros e o resultado líquido em 82 milhares de euros.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Incerteza material relacionada com a continuidade

Sem afetar a opinião expressa na secção “Opinião com reservas” acima, chamamos a atenção para os pontos 6 e 7 do Relatório de Gestão e nota 25 do Anexo às demonstrações financeiras onde a Gerência refere a debilidade da situação líquida apresentada pelas demonstrações financeiras, e a apresentação da Entidade à insolvência em setembro, tendo sido deliberada em assembleia de credores a continuidade das operações. À data encontra-se em preparação o plano de insolvência que será votado em próxima assembleia de credores a ocorrer, previsivelmente, em meados do corrente mês.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Coimbra, 9 de janeiro de 2023

representada por



Sousa Leal
ROC 616



RELATÓRIO DE CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIA

Exmo. Sócio e

Exma. Gerência da

ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA – ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.

Exm^{as}. Senhores,

O presente relatório destina-se à Gerência da **ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE COIMBRA – ORGANISMO AUTÓNOMO DE FUTEBOL, SDUQ, LDA.** (a Entidade) em resultado do trabalho que realizámos no âmbito da nossa auditoria destinada à Certificação Legal das Contas dessa Entidade relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2022.

Este documento não substitui os documentos oficiais de fiscalização e certificação das contas, destinando-se apenas a providenciar a VV. Ex.^{as} informação adicional sobre o trabalho que desenvolvemos, principais conclusões obtidas e apresentação de recomendações que possam contribuir para a melhoria da qualidade da vossa informação financeira.

Na presente data emitimos também o documento de Certificação Legal das Contas.

I – Procedimentos de Auditoria

1. A nossa auditoria foi desenvolvida ao longo de todo exercício económico com base na leitura em Gabinete das atas da Assembleia Geral e tratamento analítico sistemático dos balancetes trimestrais da sociedade, com o objetivo de acompanhar a evolução da sua atividade e o grau de realização dos direitos e obrigações e identificar saldos e transações que pela sua natureza e/ou montante devessem merecer atenção especial da auditoria;
2. Quando considerámos adequado, solicitámos e obtivemos da Gerência e dos Serviços as informações necessárias ao esclarecimento de diversas questões suscitadas nos nossos exames e, durante o exercício, além de visitas casuísticas para tratamento de temas específicos, realizámos duas ações de trabalho de campo de âmbito geral nas quais realizámos testes e procedimentos substantivos destinados a documentar o nosso trabalho e obter prova interna de suporte às nossas conclusões.
3. O nosso trabalho de campo incluiu:
 - 3.1. Entrevistas com os principais responsáveis e realização de testes de conformidade para confirmação das respostas obtidas, com o objetivo de avaliar o Sistema de Controlo Interno (SCI) implementado na Entidade, o qual não se encontra formalizado em documento escrito;



- 3.2. Testes de conformidade ao sistema informático, para confirmação de que os diversos módulos (imobilizado, salários e comercial) registam de forma apropriada e integral as operações efetuadas e que os seus outputs são adequadamente vertidos no software central de contabilidade;
- 3.3. Análise da documentação de suporte às compras e confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e de eventuais ónus ou encargos incidentes sobre estes bens; Inspeção física dos bens de valor mais significativo constantes do ficheiro de ativos fixos;
- 3.4. Análise e testes dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- 3.5. Análise das operações e saldos com as entidades relacionadas;
- 3.6. Análise das estimativas contabilísticas efetuadas pela Entidade, nomeadamente as referentes às depreciações e amortizações do Ativo Fixo, aos encargos a pagar ao Pessoal, a Imparidades e Contingências e a outros Acréscimos e Diferimentos;
- 3.7. Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- 3.8. Confirmação do adequado tratamento contabilístico dos impostos diferidos;
4. No período de encerramento das contas, além da confirmação das responsabilidades bancárias a 100%, e da obtenção de prova externa das relações e operações realizadas com dois bancos, procedemos à circularização da seguinte amostra dos saldos das contas monetárias a receber e a pagar, cujas respostas conciliámos com os registos contabilísticos: Seguradoras: 100%; Clientes: 94% dos saldos (cobrindo 22% dos clientes); Fornecedores: 83% dos saldos (cobrindo 21% dos fornecedores); Fornecedores de investimentos: 72% dos saldos (cobrindo 25% dos fornecedores de investimento); Outros financiadores: 100% dos saldos e Outros Credores: 24% dos terceiros.

Nos casos em que não obtivemos resposta, realizámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários.

5. Ainda para confirmação das conclusões obtidas na prova interna solicitámos e obtivemos,
 - 5.1. Informação de que a situação da entidade perante a Autoridade tributária e a Segurança Social, não se encontra regularizada, dado a entidade apresentar dívidas em mora perante as duas instituições, conforme detalhado no ponto II – 4 abaixo;
 - 5.2. Dos advogados que identificámos nas contas da Entidade, relação dos processos sob seu patrocínio que possam constituir direitos, responsabilidades ou contingências que não tivessem sido por nós identificadas, bem como honorários em dívida;
 - 5.3. Da Gerência da Entidade, a Declaração do Órgão de Gestão prevista na ISA 580.
6. Por fim, procedemos



- 6.1. à verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
- 6.2. à apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no anexo e
- 6.3. à apreciação do relatório de gestão incluindo a proposta de aplicação dos resultados apresentados pela Gerência, o qual satisfaz os requisitos legais e verificámos a conformidade da informação financeira nele constante com as demonstrações financeiras do exercício;

II – Conclusões e recomendações

Em consequência do trabalho efetuado, e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de relatório com reservas, entendemos dever deixar as seguintes notas à ponderação dos responsáveis:

1. Foram identificados saldos ativos de terceiros com indícios de imparidade no montante total de 434 m€;
2. A sociedade não comunicou às Finanças nem sujeitou a qualquer tributação os rendimentos que pagou por serviços de terceiros no montante de 60m€ o qual mantém no ativo nas contas a receber e no passivo sob a rubrica de acréscimos de gastos por não ter recebido os correspondentes documentos de faturação, cabendo-lhe, de acordo com a legislação atual, responsabilidade solidária no pagamento dos impostos não efetuado pelos terceiros.
3. Foram identificados pagamentos a não residentes no montante de 12m€ sujeitos a tributação em IRC em Portugal no montante de 3m€ e para os quais a mesma não foi efetuada;
4. Dos impostos da época em análise encontram-se em falta o pagamento ao Fundo de compensação no montante de 79m€, de contribuições para a Segurança Social no montante de 617m€, de Retenções na fonte efetuadas e não entregues 1.106m€ e de IVA 52m€;
5. Por nem todos os rendimentos de publicidade se encontrarem suportados por contrato escrito, não nos foi possível fazer a correspondência entre os rendimentos escriturados e os valores que eventualmente constam ou deveriam constar dos mesmos.
6. Pelas n/ cartas de recomendações foram comunicadas à Gerência algumas insuficiências de registo, arquivo e controlo interno (Dossier fiscal, Declarações de IVA e bilhética) das quais podem advir encargos para a entidade;
7. Foram registados vários movimentos financeiros de entrada e de saída tendo apenas como documento suporte cópia do extrato bancário com a identificação dos terceiros, por outro lado encontram-se em circulação cheques anteriores a maio/2022 no montante de 62m€;

8. Foram identificados movimentos em bancos por contabilizar de entrada no valor de 5m€ e de saída no montante de 33m€ desconhecendo-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
9. Mantem-se em contas a receber e a pagar valores “a regularizar” em contas 278 com saldos devedores de 73m€ e saldos credores de 57m€. Estando por analisar e contabilizar em conta firme, desconhecendo-se as rubricas de contrapartida dos respetivos movimentos nas demonstrações financeiras.
10. Existe uma diferença entre o saldo da conta de terceiros com o Clube detentor no montante de 51m€, que respeitará a pagamentos efetuados por este a terceiros por conta da entidade e não registados.
11. O depósito obrigatório das contas de 2019-2020 continua por efetuar. Por outro lado, identificámos o depósito das contas de 2017 efetuado por duas vezes, em 02/05/2019 e em 04/08/2021.

Na expectativa de que o presente relatório seja aceite como um contributo para a melhoria da v/ organização reiteramos o nosso agradecimento pela atenção e colaboração que nos tem sido dispensada.

Coimbra, 9 de janeiro de 2023

representada por



Sousa Leal
ROC 616

Pela análise do relatório e contas, resulta que deve ser considerado o disposto no Art. 35º do Código das Sociedades Comerciais, obrigação legal esta que já foi cumprida conforme detalhado no ponto 6. do Relatório de Gestão.

Deseja ainda o Conselho Fiscal referir, tendo em conta o disposto nos artigos 451º e 452º do Código das Sociedades Comerciais, aplicáveis à sociedades por quotas por força do art, 26º do mesmo código, o seu acordo ao documento de certificação legal das contas elaborados pelo vogal Revisor Oficial de Contas.

Em face do exposto somos de parecer que o relatório da Gerência, o balanço, a demonstração dos resultados e o respetivo anexo satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Coimbra, 13 de janeiro de 2023



António Preto - Presidente



Eduardo Saltão Mendes-Vogal



(Sousa Leal)
(Vogal ROC)
